

O ABISMO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EDUCAÇÃO É UM DIREITO PARA TODOS OU UM PRIVILÉGIO?

THE SOCIAL ABYSS IN TIMES OF PANDEMICS: IS EDUCATION A RIGHT FOR ALL OR A PRIVILEGE?

Wanderson Sousa Costa¹

Raquel de Sousa Costa²

Resumo: Desde o advento da pandemia causada pela SARS-CoV-2 (conhecida como COVID-19), o mundo precisou adaptar-se bruscamente a novas formas de comportamento e de organização, sendo os modelos educacionais um dos mais afetados pelos inúmeros protocolos, decretos e medidas sanitárias que visam a redução dos números de afetados pela doença. Nesse contexto, buscamos por meio do debate teórico e metodológico, discorrer sobre o acesso ao sistema educacional no contexto do ensino em tempos de pandemia, entendendo que esta é uma realidade adversa. Ao decorrer do debate é notório como a má distribuição de renda, a falta de políticas públicas voltadas para o contexto da pandemia, e a não preocupação dos órgãos governamentais em democratizar o acesso à tecnologia e a mecanismos

1 Acadêmico do Curso de História (Licenciatura) na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL

2 Acadêmica do Curso de História (Licenciatura) na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL

de comunicação entre o aluno e a escola são fatores responsáveis pelo abismo que perpassa o sistema educacional brasileiro. Mas além disso, discorrer sobre a atuação da Gestão Escolar no contexto pandêmico bem como os desafios, as estratégias e as metas estabelecidas.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Desigualdades Socioeconômicas. Gestão Escolar.

Abstract: Since the advent of the pandemic caused by SARS-CoV-2 (known as COVID-19), the world has had to adapt abruptly to new forms of behavior and organization, with educational models being one of the most affected by numerous protocols, decrees and health measures aimed at reducing the number of people affected by the disease. In this context, we seek, through

theoretical and methodological debate, to discuss access to the educational system in the context of teaching in times of pandemic, understanding that this is an adverse reality. During the debate, it is evident how the poor distribution of income, the lack of public policies aimed at the context of the pandemic, and the lack of concern of government agencies in democratizing access to technology and communication mechanisms between students and schools are factors responsible for the abyss that pervades the Brazilian educational system. But in addition, discuss the role of School Management in the pandemic context as well as the challenges, strategies and established goals.

Keywords: Education. Pandemic. Socioeconomic Inequalities. School management.

Introdução

Em meados de março de 2020, o Brasil, acompanhando as recomendações sanitárias dos órgãos internacionais de saúde do mundo, decidiu paralisar várias de suas atividades, tendo em vista o controle da pandemia causada pela SARS-CoV-2. Assim, durante um período de 15 dias de início, vários setores como a economia, a indústria, e a educação, tiveram suas atividades presenciais suspensas. Medida essa que logo se estendeu principalmente no sistema educacional por não ser seguro o retorno presencial.

Diversos fatores, como falta de compromisso com a vida, de medidas sanitárias mais rígidas, a omissão e corrupção na compra de vacinas, da falta de investimentos na educação durante o período pandêmico, a não dis-

tribuição de renda aos mais afetados, as ineficazes campanhas de conscientização da população por parte dos órgãos governamentais, foram primordiais para a má gestão da pandemia e consequentemente seu prolongamento, já estamos chegando no vigésimo mês de calamidade e com mais de 590 mil mortos de uma doença que afeta principalmente os mais pobres.

Tendo como foco compreender o ensino remoto nesse contexto de pandemia, é importante de início destacar a universalidade da educação pública garantida na Carta Magna brasileira de 1988, em seu artigo 205 que determina “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da ci-

dadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Desta forma é obrigação do estado fornecer e promover uma educação de qualidade, igualitária e acessível a todos os brasileiros.

Partindo do princípio da abrangência que é o papel do ensino hoje, como forma de ascensão social, e de fator importante na diminuição e combate às desigualdades sociais e econômicas, nos cabe indagar o porquê do sucateamento e desmonte da educação pública em tempos de pandemia. Paulo Freire é bem conciso, quando discorre que a educação, “como experiência especificamente humana, é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu esforço de reprodução da ide-

ologia dominante quanto o seu desmascaramento” (FREIRE, 1966, p.61).

Assim devemos analisar a falta de acesso à educação por todos, como uma forma de controle das massas, e de seletividade dos direitos garantidos na constituição, será a educação universal um direito ou um privilégio? Para responder essa e outras questões devemos voltar ao prisma da realidade do ensino hoje em tempos de pandemia. Desta forma nosso trabalho terá como objeto de estudo de caso a Escola Municipal Eliza Nunes, do município de Imperatriz-MA. Hoje a mesma atende estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, oriundos dos Bairros Santa Rita, Bom Sucesso, entre outros que se localizam em seu entorno.

Para embasamento teórico e metodológico utilizou-se

da pesquisa bibliográfica como método para se debater os resultados, “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de webs. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

A Transição da Escola Eliza Nunes para o Ensino EAD

Para adentrarmos nas questões aqui levantadas, devemos previamente discorrer sobre o sistema de ensino à distância, amplamente adotado na maioria das redes públicas durante a pandemia. Quando houve a paralisação de todo o mundo, a edu-

cação também foi afetada, de forma que buscou-se adaptar para dar continuidade ao ano letivo. Compreende-se por Ensino EAD segundo o Decreto de número 9.057/2017, em seu Art. 1º que:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (COSTA, 2021, p. 5).

A reinvenção do pro-



cesso educacional se deu em um contexto em que foram suspensas as atividades presenciais, e todo o contato minimizado para conter a disseminação do coronavírus. A apropriação das tecnologias se mostrou um dos grandes aliados do processo educacional, pois proporcionou a substituição do contato físico pela comunicação virtual, conectando pessoas de diversas localidades em um mesmo espaço.

Quando falamos sobre educação e pandemia, é de extrema importância “pensarmos novas técnicas e ferramentas que estimulem o processo de ensino-aprendizagem em consonância com a realidade do aluno. Neste cenário, a TDIC mudou as novas formas de práticas docentes. Novas formas de diálogo e comunicação através da tecnologia vem sendo aplicadas cada vez mais nas escolas como ferramenta pe-

dagógica para auxiliar no ensino-aprendizagem” (SOUZA, SOUZA, TORRES, 2020, p. 4).

O processo de ensino aprendizagem criou o diálogo já existente mesmo que em pequena escala dos alunos com a tecnologia, por estarmos na era da globalização, hoje a maioria da comunicação, do compartilhamento de informações se faz pelos canais digitais, foi de uso emergencial as ferramentas digitais se mostraram o caminho para as novas formas de organização do espaço escolar. Agora não só um espaço físico concreto, mas também presente na casa de seus próprios usuários.

A Escola Municipal Eliza Nunes adotou o ensino EAD para a continuidade do ensino, o plano de retomada pedagógica criado pela Secretaria de Educação do Município, recomendou o uso da plataforma Geduc como

ferramenta de ensino. Como consta em uma das muitas manifestações públicas do órgão de educação:

A partir do dia 03 de agosto terá início, oficialmente, as aulas não presenciais para estudantes de 1º ao 9º ano, via plataforma. Os alunos terão login e senha disponibilizados e o acompanhamento da participação dos estudantes será identificado conforme acesso. Além disso, a ferramenta on-line deverá ser utilizada não só para o período de distanciamento social e aulas não presenciais, mas como proposta auxiliar para as atividades do ensino híbrido, muito discutido e recomendado para implantação nos próximos meses, para auxiliar no cumprimento do ano letivo (RIBEIRO, 2020)

A adaptação para o ensino virtual foi consenso em todo o país, o cenário de 2020 com os

números crescentes de contágio da Covid-19, o isolamento social foi incentivado e recomendado através de Decretos em esfera Federal, Municipal e Estadual. No município de Imperatriz, como pontua Sara Ribeiro, “Cerca de 45 mil alunos da rede municipal de ensino retomaram as atividades de forma remota. Conforme estabelecido pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a volta às aulas foi pela plataforma virtual Geduc para o Ensino Fundamental e aplicativos de mensagens para a Educação Infantil (RIBEIRO, 2021).

Nesta forma de ensino não há o acompanhamento presencial da equipe escolar, todo o contato é feito através de aplicativos de comunicação entre a escola e os pais, e os alunos. Os materiais, os conteúdos de cada disciplina são disponibilizados

na Plataforma Geduc (Figura 1), onde com seu “login”, o aluno terá acesso e irá realizar suas atividades. Diferentemente do Ensino Remoto Emergencial em que há a aplicação da metodologia de encontros síncronos, com o uso de aplicativos de videoconferência para encontros com uma dada frequência virtualmente, o adotado há somente os momentos assíncronos, os professores disponibilizam as atividades e os conteúdos programados e o aluno por sua conta própria se debruça sobre o assunto.

Figura 1: Plataforma Geduc



Fonte: <http://www.aluno.geduc.com.br/index.php?class=LoginForm>

A atuação da Gestão Escolar no planejamento da modalidade de ensino remoto

Com relação às ações da gestão escolar na elaboração de

um plano que atendesse as necessidades do momento pandêmico que vivenciávamos, notamos que essas movimentações ocorreram em todo o território nacional e

para além dele. No contexto da educação pública no Brasil, algumas medidas tomadas por gestores para a transição da modalidade presencial para o EAD, fizeram uma grande diferença na possibilidade de acesso a essa modalidade proposta e também na qualidade do ensino oferecido. Assim se dá a responsabilidade dos gestores pedagógicos:

A gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e inten-

cional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida (LÜCK, 2009, p. 95).

A partir dessa definição, fica evidente a necessidade de um conteúdo pedagógico que contemple todo o espaço escolar, porque sabemos ser nele onde se desenvolvem todas as ações transformadoras no processo social para oferecer o melhor resultado à comunidade escolar. A Escola municipal Eliza Nunes se destaca nesta perspectiva porque

propôs um plano de projeto pedagógico que superou as expectativas.

É necessário observar que a escola não existe num modelo ideal lógico, para que possamos entender sobre a realidade da gestão. Esta se apresenta como resultado das vontades humanas e recebe grande influência da sociedade que a organiza para produzir condições materiais de sobrevivência (WELLEN; WELLEN 2010). Esta relação de observação à realidade social e econômica foi de extrema importância durante a pandemia pois expôs as discrepâncias principalmente econômicas, existentes nas escolas entre os agentes que a compõem.

Compreender a gestão escolar passa por reconhecer que “o fenômeno educativo é gerido e gestado por todos os profissionais da educação, que se encontram

trabalhando em uma unidade educacional” (RANGEL, 2009, p. 26). Torna-se necessário cada um conhecer o seu papel e a importância que a formação continuada propicia ao gestor, docente e demais pessoas envolvidas quando do uso da ciência para acrescentar em conhecimento para sua própria formação e a do coletivo, destaca (Fraga 2009, p, 167).

A gestão escolar aborda questões concretas da rotina educacional e busca garantir que as instituições de ensino tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal: ensinar com qualidade e formar cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional.”(LÜCK, 2009). Uma escola bem organizada e bem gerida propicia condições pedagógico-didáticas, organizacionais e operacionais

resultando em um bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo a que todos os alunos apresentem uma boa aprendizagem escolar. A qualidade social e pedagógica pode ser alcançada quando unidas a gestão organizacional e administrativa.

Existem 6 pilares da Gestão Escolar que devem ser analisados ao tratarmos dessas funções, sendo eles: Gestão Pedagógica, Gestão Administrativa, Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Comunicação, Gestão de Tempo e Eficiência dos Processos. É de fundamental importância ter essa divisão em mente e analisar cada um desses pilares cautelosamente porque eles auxiliam os gestores a terem visibilidade de seu trabalho e atuar com maior foco em cada necessidade de cada vez (LÜCK, 2009).

O primeiro pilar fala da

Gestão Pedagógica que segundo (LÜCK, 2009) “trata-se do planejamento dos propósitos, conteúdos e métodos relacionados diretamente à educação”. É através da gestão pedagógica que são definidos são os parâmetros de ensino-aprendizagem que uma escola irá adotar. Se faz necessário analisar também as etapas que se antecedem e sucedem o aprendizado. Os propósitos têm o papel de direcionar o norte da educação, as metodologias são os meios que possibilitaram se alcançar os objetivos de modo que seja realizado através de materiais e treinamento de professores.

Ainda segundo LÜCK (2009, p. 23) A gestão escolar, como área de atuação, constituiu-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promo-



ção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos.

Deste modo questionou-se se a gestão da Escola foco desta pesquisa conseguiu atingir esses objetivos e como relatado pela gestora, houveram algumas dificuldades a princípio mas que foram superadas com a elaboração do PPP que é o Projeto Pedagógico Político,

planejamento adotado pela maioria das escolas brasileiras (LÜCK, 2009, p. 23).

Tratando agora da importância do planejamento escolar durante a pandemia ocasionada pela Sars-Cov-2. Foi de extrema importância o estabelecimento de um plano que organizasse e nesse sentido ao trabalho e as ações para que nenhuma delas tivessem que ser improvisadas ou empregadas de modo aleatório e espontâneo. Heloísa Lück indaga que:

Sem planejar, trabalha-se, mas sem direção clara e sem consistência entre as ações. Dá-se aula, mas não se promove aprendizagens efetivas; realizam-se reuniões, mas não se promove convergência de propósitos em torno das questões debatidas; realiza-se

avaliações, mas seus resultados não são utilizados para melhorar os processos educacionais; enfrenta-se os problemas, mas de forma inconsistente, reativa e sem visão de conjunto, pela falta de análise objetiva da sua expressão e da organização das condições para superá-las (LÜCK, 2009, p. 32).

A Escola Municipal Eliza Nunes já possuía um Plano de projeto pedagógico, ocorre que quando do advento do Coronavírus, esse plano precisou ser alterado porque por mais bem delineado que estava, não conseguiu prever todas as condições e situações da dinâmica educacional do momento em que se encontrava. Essas alterações não foram de grande porte, mas de fato fez-se necessário um aporte de adapta-

ção.

Essas adaptações ocorreram em vários níveis no que tange a escola. Mudança da modalidade do presencial para a modalidade a distância, redução orçamentária, planejamento estratégico dos conteúdos apresentados, manutenção da estrutura escolar entre diversos outros desafios que um a um foram colocados em pauta nas reuniões virtuais estabelecidas pela gestão com o apoio pedagógico da escola e do corpo docente.

Segundo Veiga (2001) O Projeto Político-Pedagógico deve: “i) ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; ii) ser elaborado de forma participativa; iii) corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos educacionais; iv) explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios

e condições para promovê-la; v) ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; e vi) corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar”. Veiga dissecou ainda mais o PPP ao dizer que:

A principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 2007, p. 14).

O projeto político pedagógico tem o aluno e a sua formação como foco, além da sua aprendizagem e da própria organização do processo pedagógico

que promove essa formação e essa aprendizagem. Uma de suas etapas é o planejamento curricular que é a junção de diversas experiências a serem contempladas pela escola para promover a aprendizagem e conceber o papel político e pedagógico que a escola desempenha dentro de uma sociedade historicamente situada, dividida em classes, situada num modo de produção capitalista, implica em reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e um compromisso social.

Por se tratar de uma escola referência no bairro em que está situada, Eliza Nunes foi uma das primeiras instituições de ensino público municipal da cidade de Imperatriz a receber uma reestruturação por meio do pacote de obras da Semed no ano de 2020. Essa reforma ampliou a estrutura da escola com mais 5 salas, o que

permitiu a porta de entrada para mais estudantes serem matriculados, além da modernização com aparelhos climatizadores de ar em todas as salas de aula.

Infelizmente devido às medidas sanitárias contra a covid 19 terem sido flexibilizadas ao longo de 2020, os números de acometidos pela doença voltaram a aumentar no primeiro trimestre de 2021. “Houve uma alta de 71% dos óbitos no país comparando o total ocorrido entre novembro e dezembro de 2020 com todos os registrados entre janeiro e fevereiro deste ano”(AZEVEDO, GARCIA, 2021).

Essa crescente no número dos casos impossibilitou qualquer ideia de voltar às aulas presenciais na rede pública apesar de este ter sido um grande debate entre os agentes da comunidade escolar. Houve uma ansiedade por parte dos muitos

dos pais de alunos em antecipar esse retorno à modalidade presencial por razões diversas como o impacto financeiro que a permanência do aluno durante o dia todo em casa acarretou, além da preocupação com a qualidade do ensino ofertado por meio da modalidade EAD.

De todo modo, as medidas tomadas pela direção escolar seguiram as normas sanitárias estabelecidas pela gestão municipal da cidade e as aulas presenciais só tiveram retorno no presente momento da produção deste trabalho. Isso evidencia que os planos e metas estabelecidos pelo PPP da escola buscaram se adequar a realidade social vivida no momento. A direção deixa claro que o plano estabelecido procurou superar as barreiras socioeconômicas e obteve sucesso. Apenas no que se refere a evasão escolar é que a gestão lamenta

por ter um aumento significativo nos números de estudantes que desistiram durante a pandemia.

Os desafios escolares sempre existiram, mas foi com o advento de uma pandemia global que escolas do mundo todo precisaram se reinventar. No Brasil, que é um país em desenvolvimento, esses desafios ocorreram em dobro, hora por falta de investimento suficiente na educação e conseqüentemente o seu sucateamento, hora pela ausência de um planejamento estratégico que conseguisse superar a crise pandêmica e sua influência no universo escolar. De todo modo o que se observou na Escola Municipal Eliza Nunes foi um preparo rigoroso da gestão dessa instituição frente a esses desafios.

Considerações Finais

O que vivenciamos hoje

no Brasil é um desmonte permanente da Educação, quando analisamos as realidades que as escolas enfrentam é realmente um projeto de destruição e de sucateamento. No meio de uma das mais nefastas Pandemias do mundo, falta estrutura, falta investimento, falta cuidado. Enquanto acompanhamos os números é preocupante como o próprio Estado busca minar na base os investimentos em uma educação gratuita e de qualidade.

Quando se nega o ensino, nega-se também o direito ao futuro, ao de se ter uma vida digna, e até mesmo de sonhar, sem uma educação emancipadora, teremos indivíduos formados para suprirem as necessidades do mercado. Enquanto o Presidente do Brasil veta um projeto que prevê levar Internet e equipamentos às escolas públicas, ele assume que a educação não é prioridade, que



não é benéfico para ele e os interesses que ele defende, que o indivíduo pobre possa ascender socialmente.

A Necropolítica tornou-se presente dentro da escola, está na merenda que não chega, no livro didático que não é entregue, no sinal de internet que não chega na casa do aluno, no aparelho tecnológico que não existe. A realidade bate na porta, os números preocupantes da evasão escolar é o dado concreto de toda a política de extermínio do pobre do espaço escolar, enquanto normalizamos tais situações será difícil mudar as mentalidades do país que já foi exemplo de economia Mundial.

Na pandemia, assistimos às desigualdades sociais historicamente presentes em nosso país saltarem aos olhos. Enquanto algumas escolas privadas haviam retornado às au-

las por já possuírem um aparato tecnológico de comunicação, as escolas públicas e seus gestores permaneciam inquietos na busca por garantir que todos tivessem comida na mesa e que se conscientizassem da importância do isolamento social, considerando uma mesma família vivendo em uma casa com poucos cômodos durante uma pandemia.

É nesse sentido que buscou se observar os desafios pedagógicos para viabilizar a aprendizagem no ensino remoto e no ensino híbrido, além de maior atenção para a evasão e abandono escolar dos jovens, e outros problemas relacionados às dificuldades de se garantir uma escola segura do ponto de vista sanitário, bem como de oferecer acolhimento social e emocional para os alunos e todos os profissionais da educação que se encontram fragilizados neste momento de pan-

demia marcada por isolamento, perdas pessoais e medo iminente.

Ensino público de qualidade não é um favor do Estado, é uma obrigação. Assim como manda a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes da Organização das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos humanos, aprender é um direito de todo cidadão, e ainda mais sua permanência no espaço escolar. Não basta somente comprar uma carteira na escola para o estudante, mas garantir também que durante todo o ano ele permaneça sentado nela diariamente.

A fome, o desemprego, o aumento do custo de vida, a negação do acesso à saúde, a segurança, a uma vida de qualidade, são fatores que devem ser levados em consideração ao se pensar o número elevado da evasão escolar. No Brasil de hoje ir à

escola é também um ato de resistência, pois é ir contra todo um sistema que busca a todo custo desacreditar, deslegitimar e tirar do ambiente escolar quem realmente necessita de uma educação libertadora.

Referências

AZEVEDO, Evelin, GARCIA, Rafael. Mortes por Covid-19 no Brasil aumentam ate sete vezes no início do ano. O Globo. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/mortes-por-covid-19-no-brasil-aumentam-ate-sete-vezes-no-iiio=-do-ano24905043-?versao=amp](https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/mortes-por-covid-19-no-brasil-aumentam-ate-sete-vezes-no-inicio-do-ano24905043-?versao=amp). Acesso em 20/09/2021

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

- COSTA, Kátia Andréa Silva da. EAD, ENSINO HÍBRIDO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS. Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/Ea-D-Ensino-Hibrido-e-Ensino-Didatico-Emergencial.pdf>. Acesso em: 25 de set de 2021.
- FERNANDES, Luciane. Como os 6 pilares da Gestão Escolar ajudam a atingir os propósitos da escola. Educador360. Disponível em <https://educador360.com/gestao/gestao-escolar-pilares/>. Acesso em: 28 de set de 2021.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- FRAGA, V. F. Gestão pela formação humana: uma abordagem fenomenológica. Barueri, 2009.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora Ega, 1996.
- LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- RANGEL, M. (Org). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas: papiros, 2009.
- RIBEIRO, Sara. Escolas da rede municipal retomam atividades. Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://>



imperatriz.ma.gov.br/noticias/educacao/escolas-da-rede-municipal-retomam-atividades.html. Acesso em: 17 de set de 2021.

RIBEIRO, Sara. Retomada das atividades escolares da rede municipal de ensino ocorrerá a partir de 3 de agosto. Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA. Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/educacao/retomada-das-atividades-escolares-da-rede-municipal-de-ensino-ocorrera-partir-de-3-de-agosto.html> . Acesso em: 15 de set de 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CORDOVO, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica, In Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil

– UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Ademir Hilario de; SOUZA, Ana Paula Borges de; TORRES, Lidiane Silva. OS DESSAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL: APLICABILIDADE DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA. Anais do Congresso Internacional de Educação e Tecnologia, Encontro de Pesquisadores em Educação a distância. UFSCAR, 2021.

SOUZA, S.; FRANCO, V. S.; COSTA, M. L. F. Educação a distância na ótica discente. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.

42, n. 1, p. 99-114, jan./mar. 2016.
<https://doi.org/10.1590/s1517-9702201603133875>.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.